

GREVE CONTINUA!

PRESSÃO DA CATEGORIA SUSPENDE VOTAÇÃO DE PACOTÃO DO GOVERNO NA ALERJ

Depois de muita pressão dos profissionais de educação da rede estadual na Alerj, que realizaram um ato nas escadarias da casa logo após a assembleia do dia 30, o líder do governo, deputado Edson Albertassi, informou ao Sepe, em reunião na Alerj hoje, que o Projeto de Lei nº 1251 (reforma da previdência) não voltará à pauta da Assembleia Legislativa enquanto o governo estiver discutindo a forma de pagamento do salário de março dos servidores.

Na reunião com Albertassi, foi marcada uma audiência no dia 05/04, na Alerj, com a SEEDUC para discutir a pauta pedagógica e o abono das greves anteriores. O Sepe reivindicou participar desta audiência da Comissão de Educação e lideranças do governo. O sindicato também denunciou a truculência dos seguranças com os educadores no ato de hoje.

No dia 06/04, ocorrerá audiência dos servidores estaduais, às 9h, com a Secretaria de Fazenda e Seplag. Na pauta, reajuste salarial, pagamento do 13º e arquivamento do PL da Previdência.

ASSEMBLEIA E REPRESSÃO

Na Alerj, em uma resposta à falta de diálogo por parte do governo do estado, os profissionais da rede estadual deram mais prova de que não irão se acovardar diante do descaso do governo Pezão/Dornelles e votaram, em assembleia realizada na Praça XV, pela manutenção da greve, iniciada no dia 02 de março. Assembleia reuniu cerca de dois mil profissionais de educação e também decidiu que, no dia 06 de abril, será realizada nova assembleia geral em local fechado, a partir das 9h, seguida de participação (na parte da tarde) em ato conjunto do funcionalismo estadual, com marcha

até o Palácio Guanabara.

A plenária da rede estadual também aprovou a participação da categoria numa assembleia unificada do funcionalismo, que poderá deflagrar uma greve por tempo indeterminado do serviço público estadual do Rio de Janeiro.

Depois da assembleia, os profissionais promoveram um abraço ao prédio da Alerj e se dirigiram para as escadarias para fazer uma vigília para impedir a votação do PL da Previdência do governador Pezão, que foi reenviado para a Alerj em diversas partes.

SEGURANÇAS AGEM COM VIOLÊNCIA

Hoje, em mais uma mostra de mandonismo e truculência, a segurança da Alerj trancou as portas e jogou gás de pimenta e jatos de extintores de incêndio nos manifestantes da rede estadual que ocupavam a escadaria e o saguão de entrada do Legislativo. Não é a primeira vez que a violência da segurança da Alerj é utilizada de maneira desproporcional, provocando ferimentos por causa das agressões e dos jatos de gás de pimenta. Esse procedimento agressivo e covarde se tornou uma regra contra servidores, sempre que tentam exercer o seu legítimo direito de manifestação, merece o mais veemente repúdio de toda a sociedade.

Por causa do gás, dezenas de profissionais passaram mal e uma professora teve que receber atendimento médico no local. Os manifestantes também tiveram a oportunidade de testemunhar o espancamento de um manifestante, que se encontrava dentro da Alerj e que foi cercado e agredido por seguranças quando, da janela do prédio, tentava passar informações para profissionais que se encontravam na rua lateral do prédio. **(veja o calendário no verso)**

INFORME URGENTE DO DEPTº JURÍDICO SOBRE CORTE DE PONTO NO ESTADO

Logo após a deflagração da greve dos profissionais de educação da rede estadual e pública de ensino, o Departamento Jurídico do SEPE/RJ ingressou com uma ação judicial visando evitar que o Estado do Rio de Janeiro cortasse a remuneração dos trabalhadores que aderiram ao movimento paredista.

Na primeira decisão o Desembargador responsável pelo julgamento não decidiu favoravelmente o pedido do SEPE porque, segundo ele, não havia perigo eminente que justificasse tal medida, isso apesar de uma declaração do secretário de educação no Jornal Folha Dirigida.

Contudo, diante da emissão de um documento oficial da secretária onde há menção expressa de sua intenção de cortar a remuneração dos servidores em greve, o Departamento Jurídico do SEPE/RJ pediu uma reavaliação do pedido liminar, visto que agora havia um documento oficial atestando a intenção do corte.

Dia 30 de março, o Desembargador responsável pelo julgamento da liminar negou novamente a liminar por continuar considerando a ausência de perigo de corte, agora em razão

de que o Supremo Tribunal Federal (STF) já teria resolvido a questão no Recurso Extraordinário – 693456, que trata do tema de corte de ponto de servidor público em razão de greve.

De fato, o tema está em julgamento no Recurso Extraordinário – 693456, contudo, ainda não há posição consolidada, mas apenas um voto favorável ao corte e um contrário, tendo sido o julgamento suspenso em razão do pedido de vista de um dos Ministros.

Diante disso, o Departamento Jurídico do SEPE/RJ pedirá esclarecimentos ao Desembargador para que ele se manifeste de maneira mais objetiva sobre a concessão ou não do pedido liminar, afinal, entendemos que o perigo de corte está devidamente qualificado.

Por fim, reafirmamos a legalidade e a legitimidade do movimento de greve dos Profissionais de Educação da rede pública estadual de ensino, ainda mais diante da recente notícia de que o governo do Estado do Rio de Janeiro dividirá em duas parcelas o próximo pagamento do conjunto de servidores fluminenses.

CALENDÁRIO

- . 04/04 (segunda): reunião dos professores do projeto dupla escola (parceria público privada), às 10h, auditório do Sepe;
- . 05/04 (terça): às 17h, audiência com a SEEDUC na Alerj para discutir a pauta pedagógica e abono das greves anteriores;
- . 06/04: 9h, audiência dos servidores com a Secretaria de Fazenda e SEPLAG. Pauta: reajuste salarial, pagamento do 13º e arquivamento do PL da Previdência.
- . 06/04 (quarta): 9h, assembleia em local fechado (a confirmar); à tarde, ato conjunto com os demais servidores até o Palácio Guanabara.